



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARARAS – CMDCA REALIZADA NO DIA 2 (DOIS) DE SETEMBRO DE 2025 (DOIS MIL E VINTE E CINCO) NA CASA DA MEMÓRIA “PEDRO PESSOTO FILHO” NA PRAÇA CALÇADÃO MONSENHOR QUÉRCIA, S/N, CENTRO.

No segundo dia do mês de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na Casa da Memória “Pedro Pessoto Filho”, na Praça Calçadão Monsenhor Quêrcia, S/N, Centro, nesta cidade de Araras, Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, coordenada pelo presidente José Adilson Bonatto. A primeira convocação foi feita às oito horas no local da reunião, registrando o quórum nesse horário. **Estavam presentes os (as) conselheiros (as) que assinaram a lista de presença em anexo: Representando a Sociedade Civil:** Helena Maria Granzol (titular), Cleusa Maria Bueno Barbatto (suplente), Flordemi Aparecida Luzetti Bautista (titular) e Maura Ofélia Bury (suplente), representantes das Organizações da Sociedade Civil de Atendimento a Pessoas com Deficiência; Edilson João Dias Furlan (titular) e Maria Auxiliadora Fabricio dos Santos (suplente) representantes das Organizações da Sociedade Civil de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Leila Renata Privati Festa (titular) representante das Organizações da Sociedade Civil do Serviço de Acolhimento Institucional; José Adilson Bonatto (titular) e Ana Paula Venezian (suplente), representantes das Organizações da Sociedade Civil - Sistema de Iniciação ao Mundo do Trabalho e Dra. Glaucejane Carvalho Abdalla de Souza (titular) representantes da OAB. **Representando o Poder Público:** Viviane Zanchetta (suplente) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social; Andrea Raquel de Moura Garrucho (Titular) representantes da Secretaria Municipal da Justiça; Ingrid Michele Nepomuceno (Titular) representante da Secretaria Municipal da Educação; Angelina Rosa Ribaldo Vichietini (Titular) representante da Seretaria Municipal de Esportes; Talis Ramalho Barboza (Titular) e Cassiano Adalto Tonon (suplente), representantes da Secretaria Municipal da Fazenda; Erika Yamagutti da Silva (suplente) representante da Secretaria Municipal da Segurança Pública e Defesa Civil. **Também estavam presentes:** Márcio André Barnueve (Conselho Tutelar), Zélia Neves (Conselho Tutelar), Eron Luiz Beretta (SMAS), Mario Joaroni (AEHDA), Beatriz Vieira de Souza (Assistente Social SM Educação), Jaqueline de F. Silva (Jaico), Michele J. Bueno (SMAS) **ABERTURA:** O presidente José Adilson Bonatto abriu a reunião cumprimentando os presentes, agradecendo a participação e destacando a importância do encontro para definição de diretrizes e encaminhamentos do Conselho. Em seguida, foi realizada a verificação de quórum, sendo registrada a presença de dez conselheiros da sociedade civil, seis titulares, e sete conselheiros do poder público, seis titulares, totalizando doze conselheiros com direito a voto. Justificaram ausência os conselheiros Felipe Nogueira Quaresma e Daniela Cristine Ferreira. A ata da reunião anterior, realizada em 5 de agosto de 2025, foi aprovada por unanimidade. O senhor Mário Joaroni, representante da AEHDA, realizou apresentação sobre Aprendizagem Profissional, destacando que se trata de política pública compulsória que promove a inclusão de jovens de 14 a 24 anos e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, possibilitando às empresas formar mão de obra qualificada. Explicou que o Ministério do Trabalho e Emprego mantém o CNAP, que acompanha e fiscaliza as ações, apresentando ainda o panorama da política em Araras, as entidades habilitadas, as principais exigências às organizações da sociedade civil, as possibilidades de atuação do CMDCA e o funcionamento do Estatuto da Aprendizagem. Ressaltou que a Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, regulamenta a cota de aprendizagem, orientando como cada entidade deve proceder e como a AEHDA pode apoiar a rede socioassistencial do município. Na sequência, o presidente Bonatto relatou as reuniões mensais com a juíza Dra. Bruna Ferreira sobre Medidas Socioeducativas, realizadas toda última sexta-feira do mês, às 14h, com a participação do Conselho Tutelar e demais órgãos. A conselheira Jaqueline informou que a última reunião foi de alinhamento sobre o fluxo de acolhimento. Bonatto destacou a cobrança da juíza quanto à efetiva utilização dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) e sugeriu buscar referências de projetos em municípios vizinhos mais avançados. A Dra. Glaucejane ressaltou a importância de criar uma Comissão de Medidas Socioeducativas, considerando que os adolescentes em conflito com a lei precisam ser incluídos também em programas de esporte e cultura, além do trabalho. A conselheira Leila Renata Privati Festa relatou sobre a Portaria nº 02/2025, referente ao Programa de Apadrinhamento, informando que a Dra. Bruna realizou reunião de realinhamento e encaminhou material completo para divulgação, disponível na página do Funsayão. O material não pode ser alterado e será acompanhado por uma cartilha explicativa. Leila destacou que o conteúdo está muito bem elaborado e beneficiará muitas crianças. O presidente Bonatto sugeriu que o projeto seja apresentado formalmente na próxima reunião. Sobre o Ofício nº 72/2025, encaminhado pela Promotoria de Justiça de Araras, referente ao uso do FUMCAD, o CMDCA deliberou que responderá informando as ações já realizadas, especialmente as do Conselho Tutelar e o diagnóstico do município. A Dra. Glaucejane sugeriu a elaboração de planos de trabalho voltados à profissionalização e reintegração



CMDCA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARARAS

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARARAS**
LEI MUNICIPAL Nº. 5.614 DE 31/03/2023

de adolescentes, conforme as diretrizes do Ministério Público. Bonatto enfatizou a necessidade de organizar os procedimentos de captação e destinação de recursos, explicando que as empresas podem doar ao Fundo e indicar eixos temáticos ou projetos específicos no ato da doação, reforçando que é preciso estruturar o Conselho para receber e gerir adequadamente essas iniciativas. Na sequência, foram tratados os assuntos das comissões permanentes. A Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, composta por Cassiano (coordenador), Andrea, Talis, Maura e Ana Paula, não recebeu documentos para análise. A Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Conselho Tutelar, composta por Daniele (coordenadora), Amauri, Dr. Marcelo, Patrícia, Mariana, Maria Elisa e Rafaela Ziani, tem como pendência o processo nº 0955.560.0003274/2025, resposta da Secretaria de Esportes, e recebeu para conhecimento os Ofícios nº 410/2025 e 433/2025 do Conselho Tutelar, além do processo nº 0955.560.0016758/2025 da Secretaria de Segurança Pública. A Comissão de Registro das OSCs, Programas e Serviços, composta por Helena (coordenadora), Ana Laura, Jefferson, Flordemi e Maria Valdirene, mantém como pendência o check-list de documentos para inscrição/manutenção de entidades, o processo nº 0955.560.0006331/2025 – CREAS, e o endereço atualizado do CIEE. A Comissão de Legislação, Regulamentação e Políticas Públicas, composta por Dra. Glaucejane (coordenadora), Viviane, Eliana e um novo membro, tem como pendências o Regimento Interno e o processo nº 0955.560.0006172/2025 – Secretaria da Saúde, referente ao número de mortalidades e causas de recém-nascidos, cuja devolutiva aguarda a chegada do equipamento de ultrassom morfológico. A Comissão de Comunicação, Mobilização e Formação, formada por novo membro (coordenador), Erika, Edilson, Felipe e Cleusa, não apresentou pendências. A Comissão de Ética, composta por Dra. Glaucejane (presidente), Leila, Dr. Rodrigo, Dr. Marcelo e Nayara, analisou o processo nº 0955.560.0000405/2024, relatado por Leila, e o processo nº 0955.560.0014775/2023, relatado por Rodrigo, ambos com sugestão de arquivamento por falta de provas conclusivas. Dra. Glaucejane explicou que as denúncias relativas à conduta dos conselheiros tutelares devem ser inicialmente analisadas pela Comissão de Ética do CMDCA, conforme o Estatuto do Servidor Público, cabendo ao Conselho decidir se encaminhará o caso ao Ministério Público. Em relação à participação do CMDCA em conselhos e comitês, registrou-se: Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência – Escuta Especializada (titulares Edilson e Helena, sem reuniões no período); Conselho Municipal de Educação (titular Cleusa, reunião de prestação de contas de 2024); Comissão de Acompanhamento do Convênio Viva-Leite (Bonatto); Comitê de Prevenção de Mortalidade Infantil e Fetal (Ana Laura e Ingrid); Comissão do Plano Municipal pela Primeira Infância (Ingrid e Mariana); e Comitê de Diagnóstico do Município (Erika Yamagutti e Dra. Glaucejane). Foi ainda registrada a publicação do Ato de Convocação nº 01/2025 – Conselheiro Tutelar Suplente. Nada mais havendo a tratar, o presidente José Adilson Bonatto agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às nove horas e cinquenta minutos. Para constar, eu, Cleusa Maria Bueno Barbato, secretária do CMDCA, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente.


José Adilson Bonatto
Presidente do CMDCA

Cleusa Maria Bueno Barbato
Secretária do CMDCA